


**O Início da Sociedade Civil:
Menos Estado,
Mais Responsabilidade Individual**

**Princípios do Conselho de Curadores da
Fundação Konrad Adenauer**



Redacção: Dr. Ralf Thomas Baus, Dr. Michael Borchard,
Departamento de Assessoria Política

Para mais informação sobre o tema
"Sociedade civil", dirija-se a:
ralf.baus@kas.de
michael.borchard@kas.de
Tel.: +49 (0) 30/26996-3519

Todos os direitos são reservados.

A sua reprodução, ainda que seja parcial, só estará permitida com o consentimento da
Fundação Konrad Adenauer

Tradução: Wolfgang Wegscheider, Dr. Maria Reis

Printed in Germany

Produção: Imprensa Paffenholzer, Bornheim

Índice

Resumo	4
O Início da Sociedade Civil: Menos Estado, Mais Responsabilidade Individual – Princípios do Conselho de Curadores da Fundação Konrad Adenauer	5
A. Preâmbulo: Por uma sociedade civil activa	5
B. A sociedade civil enquanto programa político	9
1. A sociedade civil e o Estado social	9
2. A sociedade civil e a economia	11
3. A sociedade civil e a sua participação em associações e partidos	14
4. A sociedade civil e a família, a educação e formação escolar	16
5. A sociedade civil na universidade, na arte e na cultura	18
6. A sociedade civil no terreno/ sociedade civil e federalismo	21
7. Final	23
O Conselho de Curadores da Fundação Konrad Adenauer	25

Resumo

- A construção da República Federal da Alemanha depois da Segunda Guerra Mundial constituiu na história um êxito sem precedentes. Actualmente, o Estado social alemão encontra-se numa profunda crise. O Estado, como provedor de serviços vitais, já não pode fazer frente às suas tarefas tradicionais fundamentais.
- Necessitamos de um novo modelo político, no qual as bases fundamentais de um conceito de Estado sejam evidentes e em que a liberdade, a responsabilidade própria e a subsidiariedade sejam pontos centrais.
- A sociedade civil não só deve ser entendida como uma resposta a uma série de deficiências ou um método de gestão de graves crises, como também uma premissa importante que ajude a superar os desafios do presente e do futuro.

- É necessário que se produza uma mudança profunda e duradoura de mentalidades. Não só os cidadãos mas também os políticos deverão ser auto-críticos.
- A sociedade civil não é um modelo abstracto, é um trabalho político concreto. A sociedade civil é um programa político. Um programa para a aptidão do futuro do nosso país!

A partir destes princípios, a Fundação Konrad Adenauer põe em andamento uma iniciativa que pretende contribuir para um desenvolvimento constante da sociedade civil. Uma iniciativa que se distingue de outras porque não se esgota em propostas a curto prazo. Este documento cita projectos concretos da Fundação Konrad Adenauer. Com isto pretende chegar directamente aos cidadãos e deixar uma marca profunda através de um programa de trabalho abrangente e duradouro!

O Início da sociedade civil: Menos Estado, Mais Responsabilidade individual

Princípios do Conselho de Curadores da Fundação Konrad Adenauer

A. Preâmbulo: Por uma sociedade civil activa

A construção do Estado social depois da Segunda Guerra Mundial foi um sucesso. Reduziu ou eliminou as situações de precariedade, trouxe a estabilidade social e política. No entanto, ao mesmo tempo, desenvolveu uma dinâmica própria que transformou o seu carácter. Uma tendência que não só propiciou o aumento das competências e as margens de influência do Estado, como também das crescentes expectativas dos cidadãos.

Actualmente, o Estado social alemão encontra-se numa profunda crise. Os sistemas de segurança social já não são financiáveis. Oferecem toda uma série de falsos incentivos e a sua administração é demasiado burocrática. Embora exista consenso a este respeito, não se prevê nenhuma solução: os debates sobre as reformas necessárias caíram numa rotina esgotante. As propostas apresentadas até hoje não são consistentes. Entre outras coisas, porque habitualmente ao se fazerem concessões para se conseguir o consenso, a reforma acaba por se desvirtuar completamente, uma vez que não se conclui até todos os intervenientes políticos e todas as associações salvaguarda-

rem os seus interesses. Não se pode descartar o risco desta crise, agravada pela actual situação económica para a qual contribuiu, acabar por destabilizar o nosso sistema democrático.

Debater a fundo!

Portanto Deste modo, na actual situação, é necessário mais do que algumas correcções puramente superficiais. É necessário levar a cabo um debate profundo em sintonia com os fundadores da República Democrática da Alemanha. É necessário um novo modelo político que liberte as profundas bases do conceito de Estado, no qual a liberdade, a responsabilidade própria e a subsidiariedade sejam pontos centrais. Os alicerces para esta concepção de Estado e sociedade baseiam-se na constituição alemã, assim como na imagem cristã do ser humano. Ambas baseiam-se no ser humano como origem, actor e objectivo de toda a acção social.

A origem da evolução observada nas últimas décadas não é a constituição alemã, mas sim uma política que transformou o conteúdo da constituição, que

sobrecarregou o Estado, da mesma forma que sufocou a responsabilidade pessoal dos cidadãos. Este Estado, enquanto provedor de serviços vitais, já não pode enfrentar as suas funções básicas tradicionais, porque se envolveu em temas que ultrapassavam a sua capacidade, alcançando os limites do financiável.

Encontrar respostas a novos desafios!

Na verdade, a proposta a favor da sociedade civil, como solução contra a expansão doentia da acção estatal, está a ganhar cada vez mais força. No entanto, o seu efeito depende da sua concretização. Os frutos desta proposta serão desperdiçados se à mesma não se der ouvidos. A sociedade civil não passará de uma vaga noção se não se não forem criadas condições para a concretização prática desta proposta.

Deste modo, a sociedade civil não se deve considerar apenas como uma resposta a tendências negativas ou uma maneira de gerir as crises actuais, mas sim como uma importante premissa para fazer frente aos desafios do presente e do futuro.

Para que a Alemanha persista perante as condições da globalização, de um ambiente laboral e de uma vida activa totalmente diferente e, não menos importante, perante as circunstâncias das profundas alterações demográficas, é imprescindível deixar de ser um Estado provedor de serviços e passar a ser uma sociedade civil.

É importante retomar a visão de Ludwig Erhard de combinar o objectivo do "bem estar para todos" com a responsabilidade de todos. Isso só será possível com os cidadãos, nunca contra eles. Estes deverão voltar a assumir os seus direitos e as suas obrigações. O conceito de sociedade civil não deverá ser utilizado para a obtenção de fontes de financiamento privadas, até esse momento públicas, simplesmente porque o Estado não teve capacidade financeira para as assumir.

Definir com clareza a sociedade civil!

Por esse motivo, a sociedade civil quer:

- um Estado que permita a liberdade com base no direito. Quer um Estado que concentre as suas forças nas funções originais e tradicionais: na legislação, salvaguardar a segurança interna e externa, na ordem pública e no Estado de direito, no fomento e na disposição das condições base necessárias para a economia, a ciência, a cultura, a educação e outros interesses comunitários de destaque,
- um Estado cujo objectivo não seja a distribuição niveladora, mas sim a igualdade de oportunidades e o apoio àqueles que realmente carecem dele,
- um cidadão que viva em liberdade e protegido das ameaças do poder público e social, mas que não assuma a sua liberdade de forma simplesmente passiva, mas que assuma a responsabilidade de participar activamente na comunidade e no seu desenvolvi-

to. Quer um cidadão que assuma responsabilidades, tendo em conta as suas possibilidades, na criação da segurança social e na vida económica, no seu município, mas também na educação, no âmbito cultural, em agrupamentos e em associações,

- um cidadão que seja capaz de assumir essa responsabilidade, porque não desconta excessivamente e porque através da formação, da educação e da sua própria atitude está disposto a envolver-se na sociedade e a assumir a sua responsabilidade,
- uma renovação do princípio da subsidiariedade e para isso necessita do reforço do sistema de segurança social, mesmo até a nível local. Para isso necessita de famílias que disponham das condições materiais e dos ideais para assumir essa responsabilidade. Necessita também de municípios fortes que voltem a ser órgãos atractivos da autoadministração. Municípios nos quais se materialize e triunfe a acção responsável. Municípios que disponham das condições básicas necessárias e que não estejam asfixiados pelo trabalho do Governo central e dos Estados federados.

Organizar a mudança! Consciencializar a população!

É necessário que exista uma mudança profunda de mentalidades e a longo prazo. Não apenas entre os cidadãos mas também entre os políticos. É necessário que sejam autocríticos. As promessas po-

líticas dos partidos e dos governos formados pelos mesmos fizeram com que se veja o Estado como "planificador económico, criador de emprego e assegurador de postos de trabalho"; que se lhe atribua a responsabilidade de garantir salários, um bom sistema sanitário e apoio na 3ª idade e que os cidadãos confiem na onipotência do Estado. Nos seus programas, determinados partidos alimentaram a ilusão de se poder esperar cada vez mais do Estado. Num inquérito que se realizou (grupo de investigação para as eleições), mais de 90 % da população está a favor de que o Estado seja competente em relação aos ingressos, mas só 4 % considera a dívida do Estado um problema grave.

Dois terços dos alemães vivos actualmente nasceram depois da Segunda Guerra Mundial. Já não viveram a história da criação da República Federal Alemã e, felizmente para eles, o desfrutar de um alto nível de vida parece-lhes algo natural. Contudo, também significa que não são muito conscientes da fragilidade das circunstâncias da vida humana e da limitação das fases em que a conjuntura é positiva. Por outro lado, também são pouco conscientes de que, afinal, é o próprio cidadão que tem de enfrentar as consequências das tendências negativas. Se não for no momento, será na geração seguinte.

Para que entre os cidadãos se produza esta mudança de atitude a longo prazo, é necessário que exista a certeza que o Estado não está disposto a devolver, por iniciativa própria, parte do seu poder e,

portanto, também dos impostos e contribuições recebidas. Essa margem de liberdade terá de ser reclamada por aqueles que constituem o Estado: os cidadãos.

Essa margem de liberdade não só deve ser reclamada ao Estado, como também aos grupos de pressão mais importantes. Por muito importante que seja, num Estado democrático e livre, a representação adequada dos seus interesses, as associações estão a ultrapassar os limites das suas competências quando caem na tentação de antepor os seus interesses parciais ao interesse geral, convertendo-se num obstáculo quase incontornável para a mudança.

Lutar por essas margens de liberdade!

Não basta esperar que se imponha um novo sentido de responsabilidade em prol do bem "comum", simplesmente pelo uso da razão e através de uma "mão invisível". As pessoas só se interessar-se-ão pela sociedade civil se reconhecerem o "valor adicional" que ela nos traz e compreenderem que estão a actuar em benefício próprio. Uma vez que tal não é possível

sem umas condições base adequadas, sem incentivos efectivos e mudanças de atitude através da formação e da educação, a sociedade civil não é apenas um postulado, um modelo abstracto, mas sim um trabalho político concreto.

A sociedade civil é um programa político. Um programa sobre a viabilidade futura do nosso país! Um programa sobre uma liberdade que só será possível se os cidadãos se empenharem, se se lutar e assumir a responsabilidade a longo prazo, se a sociedade civil se desenvolver de forma duradoura e sustentável.

A Fundação Konrad Adenauer pode trabalhar para este objectivo. Sente-se impelida e legitimada para desempenhar este trabalho, porque o projecto de sociedade civil corresponde precisamente à visão cristã do ser humano, e porque os estímulos centrais de reforma sociopolítica da fundação da República Federal da Alemanha surgem, com frequência, do movimento democrata-cristão. Acreditamos que daqui surge a força necessária para que se dê a mudança e se imponham as ideias de futuro.

B. A sociedade civil enquanto programa político

1. A sociedade civil e o Estado social

Aproveitar a liberdade, evitar o egoísmo!

A sociedade civil que gira em torno da imagem cristã do ser humano não só considera o indivíduo como portador de interesses individuais, como também o leva a sério na sua qualidade de ser social e, como tal, fomenta-o. Trata-se de um programa em clara oposição à desorientação da sociedade do ócio, segundo o lema "divirto-me, logo existo". Com isto, também se opõe a uma imagem da sociedade que não sabe interpretar a individualização dos aspectos da vida, a arbitrariedade do "anything goes", como expressão de liberdade.

Ao identificar-se a liberdade com o egoísmo parece que se esquece que o Estado livre de direito vive de premissas que ele mesmo não pode criar. Para as elites, isto significa, sobretudo, que devem demonstrar que não é supérfluo nem restritivo das liberdades o fazer uma chamada aos valores, virtudes, obrigações e lealdades, mas sim uma condição indispensável numa sociedade civil activa.

Neste sentido, as virtudes da responsabilidade pessoal e da solidariedade não são, em absoluto, contraditórias. A Conferência Episcopal Alemã sublinha, com razão, "O chamamento à responsabilidade pessoal não deve ser mal interpretado como um mero individualismo, nem deve levar

ao isolamento daqueles indivíduos que não têm capacidade para se valerem a si próprios. A responsabilidade individual e a solidariedade condicionam-se uma à outra. Apesar de as possibilidades de se construir a vida através do trabalho e das decisões que se tomam estarem repartidas de forma desigual, é necessário exigir a responsabilização individual a todos como premissa da sociedade social."

Reestruturação do Estado social

É essencial obter-se respostas às perguntas sobre como conseguir que a responsabilidade individual e a solidariedade voltem a ser os princípios guia da actuação pública no âmbito social e como se deve redefinir o Estado social do futuro com condições base diferentes. Não se questiona o Estado social, no entanto, para conservar o seu alcance e a sua efectividade é necessário voltar a concentrar-se na sua essência. A questão que se tem de ter em conta é como podemos levar a cabo uma reestruturação no âmbito sanitário, nos seguros de pensões e na política do mercado de trabalho de forma a que se estimule a iniciativa própria, a solidariedade para com os mais carenciados e se possa assumir responsabilidade para com a comunidade.

A ideia deste tipo de "Estado social" a modo de sociedade independente, comprometido com o "todo" como compensação aos interesses particulares, é uma tradição alemã que, ao mesmo tempo, re-

monta às suas origens judaico-cristãs. A variante democrata-cristã do Estado social baseada na responsabilidade individual e na solidariedade deve distinguir-se da variante social democrática do "Estado de bem-estar" como instrumento de previsão integral. Variante esta que se adoptou primeiro nos países escandinavos. Enquanto que nestes se está a tentar e, agora, a conseguir retroceder sobre os seus passos, na Alemanha encontra-se ainda na sua variante desproporcionada: "como uma vaca que se alimenta no céu, mas se ordenha na terra" (Franz Etzel).

O Estado social não é sustentável

Em 2002, os impostos e as contribuições sociais alcançaram o número recorde de 55,1 % da renda da população (41,1 % do PIB), segundo dados provisórios do Instituto Estatístico Alemão, o Statistisches Bundesamt. Em 2003, calcula-se que cada trabalhador terá de descontar 42,1 % do seu ordenado para a segurança social. Só entre 1991 e 2001, as prestações sociais passaram de 28,4 % do rendimento económico para 32,1 %.

Na Alemanha a taxa de prestação social, ou seja, a proporção do orçamento social em relação ao produto interno bruto, já ultrapassou os 30 %. Nos gastos totais estatais chega-se a dedicar quase 60 % ao sector social.

Dos 664.000 milhões de euros de prestações sociais em 2001, 251.000 milhões destinaram-se às reformas e pensões para os sobreviventes, 228.000 ao âmbito sanitário, mas só 99.000 se destinou à família (separação de cônjuges, subsídio

para os filhos, subsídio para jovens, bolsas de estudo, compensação de prestações por família). Estes números demonstram que a Alemanha já não está disposta a investir no futuro. Do mesmo modo, não se tem em conta o facto de vivermos na sociedade da informação e do conhecimento. Passou-se da gestão da vida pública para a administração da carência.

Redução fiscal e simplificação da burocracia

Para isto, é imprescindível tomar-se medidas que reduzam o trabalho do Estado de maneira a encontrar um equilíbrio entre a actuação do Estado e a actuação do cidadão. Relações e competências económicas claras são um requisito decisivo para ajudar a nascer uma sociedade civil activa. Para isso, deve-se simplificar as normas dos impostos e reduzir efectivamente a burocracia, criando-se, deste modo, uma nova base de confiança.

Neste contexto, é necessário reduzir de forma generalizada e palpável as cargas fiscais. Os que afirmam com resignação: "O que é que vou dar? As Finanças já receberam os meus impostos sem sequer me perguntarem quais eram os meus desejos" terão pouca vontade de participar na sociedade civil. Os impostos elevados "comem a liberdade". Por esse motivo, temos de compreender que política fiscal é sempre política social.

Uma organização económica clara

O cidadão que deseje participar activamente no desenvolvimento da sociedade

civil deve poder contribuir muito mais do que até agora através do pagamento de impostos. Por isso, tem que poder dispor de uma parte do seu poder económico para os objectivos sociais e pessoais que considere necessários. Só assim poderá assumir um maior grau de responsabilidade.

Deste modo, a sociedade civil do amanhã, por exemplo, dependerá de uma instituição que torne possível e atractiva a identificação pessoal do cidadão com o seu contributo para o bem comum. Áreas como a educação, os assuntos sociais, a vida cultural e religiosa numa sociedade civil activa baseiam-se no sistema de incentivos das instituições. É necessário criar condições. A ideia chave da sociedade civil é os mais fortes poderem sempre progredir, já que são os responsáveis pela protecção e pelo apoio aos mais carenciados.

Para isso, necessitamos de uma organização económica clara e transparente. Sem essa clareza não haverá nenhuma responsabilidade política sobre o uso dos recursos económicos. Temos que apagar a ideia de que o Estado, com os seus recursos, pode criar condições de vida similares para todos. Tal nivelamento das diferenças a nível regional e municipal faz com que se travem as estruturas em vez de se conseguir mais flexibilidade e mobilidade.

Deste modo, a Fundação Konrad Adenauer, com o seu trabalho

- contribuirá para a clarificação dos conceitos básicos: que significa o ter-

mo "social", que significa "Estado social" nestas novas circunstâncias? Hoje em dia, como se pode definir liberdade, justiça, solidariedade e subsidiariedade?

- mostrará modelos práticos alternativos de acção social por parte do Estado e identificará campos concretos onde se possa e deva desenvolver novamente a responsabilidade individual,
- Ilustrará, através de uma análise comparada dos países europeus, quais são os caminhos e as soluções procuradas ou adoptadas por países vizinhos, na hora de reconverter as estruturas públicas sociais.

2. A sociedade civil e a economia

Apoiar os empresários, fomentar o empenho social!

Para que a sociedade civil possa ajudar a superar os problemas do futuro, não basta reformar o Estado social. É também importante o papel das empresas. A sociedade civil necessita de empresários de êxito. Isto, já em si, supõe uma acção social, uma vez que a criação de riqueza suficiente e competitiva é indispensável para que a economia possa cumprir a sua função mais importante: dar emprego às pessoas na produção dos bens e serviços necessários e socialmente desejados, ou seja, àqueles que têm procura, satisfazer essa mesma procura e, deste modo, aumentar o bem-estar. Para isso é necessário que o Estado não interfira no estabelecimento dos preços de mercado. Os

cidadãos só se empenharão na economia se houver uma relação preço-risco suficientemente atractiva, por exemplo, contribuindo com o seu talento e a sua força laboral assim como com bens materiais e recursos económicos.

Isto pode ocorrer numa variedade de formas funcionais e legais. Por outra parte, só as sociedades de capital que cotizem na bolsa, que façam dos cidadãos participantes, em qualidade de sociedade pública, dos seus êxitos e fracassos, poderão reunir o capital necessário para poder pôr em prática projectos grandes e inovadores. Tal facto está demonstrado pela história da economia desde os princípios da industrialização no séc. XIX até aos nossos dias. Além disso, estas grandes empresas também são importantes para o bom desenvolvimento das pequenas e médias empresas. No entanto, através de mecanismos legais de controlo e de uma política transparente convém evitar ou corrigir desvios unicamente destinados a lançar dividendos para os accionistas.

Criar condições base!

Por outra parte, os empresários particulares, que assumem a título privado o risco e a responsabilidade de fundar e gerir com êxito uma empresa, constituem o substrato de uma economia dinâmica e estruturada na média empresa. Para isso, devem-se criar condições base adequadas, sobretudo, para as sociedades pessoais. Devem-se evitar falsos incentivos fiscais tal como o excesso de regulamentação e cargas.

Além disso, deve-se verificar a evolução do conceito de cooperativa, que reflecte especialmente bem os ideais sociopolíticos da sociedade civil e o princípio da responsabilidade de uns concidadãos "visíveis". Em qualquer caso, está claro que a economia de mercado necessita de uma contínua "contribuição sanguínea", dada pela contínua fundação de novas pequenas empresas.

Difundir o espírito empreendedor

Para difundir-se o espírito empreendedor é imprescindível dispor de um consenso social básico. Para consegui-lo, nos planos de estudo das novas escolas e universidades e no âmbito da formação profissional devem consolidar-se como objectivos educativos essenciais também a vontade de participar, a responsabilidade, a criatividade e o rendimento. Os conhecimentos sobre as relações económicas e as condições de funcionamento da economia social de mercado têm que ser, já hoje em dia, uma parte essencial da cultura geral e devem ser transmitidos nas escolas. Só assim será possível criar um clima geral que permita e fomenta a criação de empresas e a responsabilidade empresarial.

Os fundadores de empresas privadas não só se deveriam poder financiar nos novos mercados, como também nos tradicionais, e ao fazê-lo não deveriam ver-se obstruídos pela ainda demasiado extensa actuação económica, própria do Estado. Esta supõe uma interferência extraordinariamente forte na liberdade económica e, portanto, tem que estar sempre

muito bem justificada. Muitas vezes, essa mesma actuação opõe-se, sobretudo, ao princípio da actividade económica puramente subsidiária do Estado: em caso de as entidades privadas poderem oferecer uma prestação melhor ou pelo menos igualmente boa, deverá oferecer-se-lhes margem para isso. Deste modo ou em termos parecidos, este princípio também figura em muitas leis de administração local dos estados federados. Posteriormente, e sobretudo no âmbito das prestações estruturais municipais, deve exigir-se uma privatização total que vá mais além de uma privatização da forma jurídica.

Redução de cargos e burocracias

A contribuição das empresas na criação de riqueza social e económica, para além da produção de bens e serviços, inclui o pagamento de salários e prestações sociais, impostos para o financiamento do Estado, participação na formação profissional, assim como os não menos importantes dividendos pagos aos proprietários.

Mas para que se cumpram estas e muitas outras expectativas de uma maior responsabilidade individual na economia há uma condição essencial: sem o devido empenho em decidir livremente sobre os objectivos da sociedade civil, esse apelo a uma maior participação fracassará.

Corporate citizenship: cidadania corporativa

Na sociedade civil, os empresários e as empresas jogam um papel social decisivo. Para que isto seja possível, os empresá-

rios, na sua actividade económica, também têm que se considerar membros responsáveis da sociedade. Este debate, nos E.U.A., adoptou a expressão *corporate citizenship*. Neste contexto, a participação no financiamento de gastos sociais através de doações ou de patrocínios, nesse contexto, não é algo excepcional nem nenhuma esmola, senão um acto natural a favor do país e da sociedade.

Actualmente, a economia já apoia e fomenta a ciência e a cultura, as organizações não lucrativas e o desporto. Isso faz-se não só a nível material mas também através de iniciativas pessoais e de voluntariado. Frequentemente, sem grande eco na opinião pública, muitos empresários de médias empresas, tal como famílias através de fundações, contribuem para o bem comum com o seu valioso e activo empenho.

Empresas

Aqui, naturalmente, as empresas desempenham também um papel importante. Estas encarregam-se especialmente de manter a continuidade na promoção de um determinado objectivo e também em projectos a longo prazo e de maior envergadura. Um habitual efeito secundário que se deve ter em conta é a melhoria da imagem da empresa. Uma "good corporate citizenship" também pode, além de assumir uma responsabilidade civil bastante louvável, ser útil para as próprias empresas. Agora que as leis fiscais estabeleceram incentivos para a criação de empresas, deve-se fomentar energeticamente uma melhoria, simplifi-

cação e harmonização das diversas normativas legais que existem nos estados federados em relação às empresas.

Em geral, os empresários devem empenhar-se em contribuir para o bem comum, daí obtendo também benefícios. "Fazer o bem e fazê-lo gerando lucro" poderia ser o lema. O ideal seria que as empresas se convertessem em co-patrocinadoras permanentes de instituições culturais e sociais. Com o conceito da balança social tenta-se já hoje, em muitos sentidos, documentar esta nova forma de acção empresarial.

Por isso, a Fundação Konrad Adenauer, com o seu trabalho:

- estudará mais em profundidade o papel dos empresários de médias empresas na sociedade civil,
- dialogará com os empresários sobre as condições base necessárias para esse mesmo empenho em prol do bem comum,
- dará uma ajuda na redução das barreiras burocráticas e das cargas fiscais para as empresas.

3. A sociedade civil e a sua participação em associações e partidos

"Nós contribuímos com algo!":

Criar núcleos da sociedade civil

Existem boas perspectivas de que se possa impor a ideia de "sociedade civil", não só a nível económico mas também social, já que na Alemanha a vontade de participar continua a ser elevada. Na Alemanha, a longa tradição de envolvimen-

to em associações é uma clara prova disso. O número de associações que operam a nível nacional estima-se em mais de 5.000 e as suas ramificações a nível regional ascendem a umas 15.000. No total, na República Federal da Alemanha, pensa-se que existem cerca de 200.000 associações.

Segundo cálculos realizados, participam cerca de 12 milhões de pessoas a título voluntário. Isto supõe aproximadamente 17 % da população total. A tarefas voluntárias desta natureza dedica-se uma média de 4,5 horas por semana. A participação mais activa encontra-se na faixa etária entre os 40 e os 70 anos. A participação dos jovens entre os 12 e os 20 anos é cada vez menor. Há que destacar que as pessoas que vivem em família são mais participativas, apesar dessa carga adicional.

Além das associações, verifica-se uma ampla e diversificada participação através das fundações, iniciativas de auto-ajuda e cooperativas. As actividades a título voluntário, as associações, as iniciativas e os projectos podem ajudar a formar um sentido democrático da comunidade através das actividades internas. Muita gente não vive conceitos como o de comunidade, democracia e Estado até participarem nestes grupos. Deste modo, cabe falar também de uma escola da democracia (Adalbert Evers).

Empenho político a título voluntário

No entanto, este extraordinário potencial ainda não é suficientemente aprovei-

tado em prol da sociedade civil. Se a participação a título voluntário fosse o primeiro dever do cidadão, teríamos há muito tempo uma sociedade civil ampla e viva. Por isso, é necessário aproveitar mais no processo da actuação político-partidária essa vontade de envolvimento das pessoas.

O cidadão da sociedade civil caracteriza-se por se envolver, precisamente, naquelas áreas que até agora tinham estado sob a alçada do Estado. A sociedade civil só se alcançará se se preparar e alentar as pessoas a assumirem responsabilidade política e liberdade de acção. Não se trata de politizar, em todos os aspectos, os cidadãos, embora seja necessário eliminar as incertezas e criar confiança através da acção e do pensamento político.

Partidos

Isto faz com que os partidos também se transformem. Na realidade social só existe um partido popular, um partido que se esforça por estar sempre solidamente apoiado por todos os grupos sociais alcançáveis. Só este partido poderá obter maiorias estáveis, ver-se a si mesmo como moderador do processo de formação, e não como o seu criador exclusivo. Com a sua concepção de "CDU, partidos dos cidadãos" a União Democrata Cristã deu um passo importante nesta direcção.

A confiança na actuação política como base de uma sociedade civil activa requer que as vias de actuação e decisão políticas sejam claras e transparentes. Os acordos, grupos políticos e sindicatos pouco

transparentes contradizem-se com o conceito da sociedade civil. A representação de interesses é um elemento constitutivo da nossa concepção pluralista de democracia. Por isso, nada deve mudar em relação ao princípio de participação de associações de interesses no processo de gestação e tomada de decisões políticas. No entanto, é imprescindível que a representação de interesses seja levada a cabo de forma responsável, construtiva e honesta. Deve conhecer-se os seus limites e esta deve ser, antes de mais, independente da mera defesa dos seus bens.

O corporativismo não é uma manifestação nem uma consequência da sociedade civil, embora restrinja as suas margens de actuação. Quem desejar que o exercício de poder, por parte das associações, se produza de uma maneira razoável deverá questionar se essas organizações, na sua estrutura e actuação política, falam verdadeiramente pelos cidadãos cujos interesses representam.

Redefinição do curriculum ideal

Se observamos a realidade social, os meios de comunicação, a publicidade e as sondagens existentes, descobrimos uma concepção ambivalente do ser humano moderno. Por um lado, elogia-se a execução de projectos de vida individuais, por outro, os analistas detectam, sobretudo na geração mais jovem, uma tendência crescente em relação ao valor de responsabilidade. É fundamental retomar esta tendência, não através de apelos de efeitos duvidosos, mas sim impondo na so-

ciedade um código de honra para a sociedade civil.

A participação civil tem de ser valorizada de outra forma na sociedade. Na hierarquia de valores e virtudes, a contribuição para o bem comum tem de ser uma prioridade.

A participação civil em tarefas honoríficas, trabalhos voluntários de tipo social ou cultural tem de ser parte integrante de qualquer curriculum ideal. Aqui terão que actuar as instâncias de formação de opinião. Dependerá dos professores, catedráticos, empresários, políticos e jornalistas a adopção ou não de um modelo de sociedade individualmente dedicada ao bem comum e fazer desta um exemplo a seguir. Hoje em dia ironizamos ou rejeitamos a antiga expressão prussiana: "E você, onde é que fez o serviço?". Apesar de o contexto ser um pouco diferente, a pergunta acerca da participação civil poderia converter-se em algo natural.

As pessoas necessitam de costumes até à hora de praticar o bem. Quanto mais normal for participar, a título voluntário, na construção da sociedade civil, mais cedo a mesma prosperará. A participação civil tem que se converter em algo natural, principalmente devido às variadas e nada homogêneas trajectórias laborais do presente e do futuro. Também tem que ser normal que o empregado possa solicitar um período sabático para se dedicar a um objectivo social, sem que isso lhe suponha uma perda de prestígio, ou vice-versa, que os períodos de desemprego se convertam num período sabático porque se

está a realizar um trabalho de contributo civil.

Por isso, a Fundação Konrad Adenauer, no seu trabalho:

- estudará de que maneira se pode fomentar e incentivar a participação civil,
- mostrará de que modo se pode alcançar um novo entendimento do valor da participação civil,
- analisará como aproveitar melhor o desejo alemão de trabalhar voluntariamente para a participação civil,
- pensará na melhor maneira de exercer a representação de interesses no processo de formação da actividade política,
- através da sua potencialização de talentos, continuará a ajudar e a reforçar a participação social.

4. A sociedade civil e a família, a educação e a formação escolar

A família como célula original da sociedade civil. Redefinir a escola!

Maturidade de critério, capacidade de julgamento, consciência de responsabilidade e sentimento de comunidade não surgem espontaneamente. Aqui tem especial importância o processo de formação e educação em família e em todas as instituições educadoras. Por isso, a sociedade civil só se pode entender como uma "sociedade da educação". É importante ter conhecimentos sobre o rendimento, a formação, os valores, pois estas três formas de conhecimento são fundamentais.

Neste sentido, a educação familiar é básica. A família é o lugar onde se pode sentir protecção e felicidade. É, ao mesmo tempo, o lugar da aprendizagem social e emocional. É o lugar onde se transmitem valores fundamentais, assim como as competências pessoais e sociais, imprescindíveis para a sociedade civil.

Fomento da família

Quem pensa que a família deve desempenhar esta função, então deverá apoiar a tradicional imagem familiar: pai, mãe e filho como núcleo familiar, mas também a importância do casamento e a responsabilidade dos pais. Também deverá fomentar a família. Mesmo que seja só porque uma sociedade civil sem novas gerações não teria futuro. Neste caso, há que considerar, como prioridade, a viabilidade de uma actividade laboral compatível com a responsabilidade dos pais; há que encontrar maneiras que permitam aos pais conciliar a profissão e a família; e, por último, há que pensar nas possibilidades fiscais necessárias que apoiem e aliviem a carga familiar.

Escola

Além do apoio familiar, é importante dar valor ao carácter educacional da escola. Ter novas ideias e ter responsabilidade no sistema educativo é necessário, porque a evolução demográfica transformou radicalmente a estrutura do nosso panorama escolar. As consequências, que variam segundo as regiões, só se poderão reduzir com a sua ajuda.

A constituição alemã, na Europa, oferece uma garantia fora do comum para as escolas de regime independente. No entanto, a escola pública domina o panorama pedagógico com 95 % dos alunos, formação de professores, funcionários, sistema de competências, supervisão escolar e isenção de taxas. Também continua vigente a frase do direito regional prussiano de 1794 segundo a qual as escolas são assunto do Estado.

Pais, alunos e professores

Na sociedade civil, a escola define-se basicamente como um trabalho comum a todos aqueles que estão directamente implicados, ou seja, os pais, os alunos e os professores. É obrigatório redefinir-se a relação de pais, professores, tal como do município como portador da carga escolar. Para que seja possível, o Estado deverá dar autonomia, em vários aspectos, às escolas. As escolas independentes deverão dispor das mesmas condições materiais. Com a introdução de um vale educativo deverá garantir-se que todos os alunos tenham as mesmas condições de acesso a todas as escolas.

Ao ser provedora independente dos recursos materiais e empregadora, a escola da sociedade civil é, ao mesmo tempo, dona do seu destino. Mobiliza forças, até agora inusitadas, de participação voluntária. Desde a manutenção dos edifícios, passando pelo aperfeiçoamento da formação ao longo da vida, até ao acompanhamento diário e a uma melhor formação desportiva e musical.

Na sociedade civil, a escola é um lugar do qual partem impulsos positivos, tanto a nível geográfico como social. A escola na sociedade civil está sustentada por uma rede humana de simpatias demonstradas, valores demonstrados e tradições vividas conjuntamente por várias gerações. Redes de antigos alunos, corporate citizenship, associações de pais e ajudas escolares adaptadas socialmente podem, aos poucos, libertar a escola, na sociedade civil, da dependência do Estado.

Financiamento escolar

No entanto, o Estado continua a cumprir a sua obrigação, definida na constituição, de financiar o sistema escolar. Mas há uma diferença entre o actuar como uma garantia da subsidiariedade e uma rede de segurança ou ver-se como um monopólio da educação. Também na sociedade civil o Estado avalia e cria critérios comprováveis de rendimento e condições base. O Estado define os critérios que se devem cumprir para se passar de uma forma de educação para o nível seguinte, e garante a justiça na educação (indicadores centrais para os exames e standards de educação). O caminho através destas etapas será livremente eleito pela sociedade civil, tendo em conta as suas variadas possibilidades de desenvolvimento.

Não se trata apenas de criar estruturas com responsabilidade própria, mas também de reformular os conteúdos educativos e os objectivos formacionais. Numa sociedade na qual a moral, a orientação e o sentido da vida se transmitem cada

vez menos através de instituições e círculos, o indivíduo e a sua personalidade têm que actuar. Para isso é necessário uma filosofia formadora que volte a ter presente a importância da "personalidade perante todas as inclemências do tempo" (Roman Herzog).

Por isso, a Fundação Konrad Adenauer, com o seu trabalho:

- elaborará estudos para conciliar a família e a profissão, analisando e comparando o panorama europeu,
- sublinhará a importância da política educacional, como campo de acção essencial, para se chegar a uma sociedade civil activa,
- identificará, através de consultas a especialistas e estudos, os objectivos educacionais e os conteúdos da formação que possam reforçar a sociedade civil,
- definirá estruturas que fomentem, no sistema escolar e educativo, a ideia de responsabilidade individual.

5. A sociedade civil na universidade, na arte e na cultura

Reforçar as universidades na sociedade civil!

O que é válido para as escolas de formação geral, na universidade tem que ser uma máxima, uma vez que as nossas melhores universidades têm que melhorar o seu rendimento na docência, no aperfeiçoamento e na investigação. Destes factores depende a aptidão de futuro e a

competitividade do nosso país, dado que a nossa riqueza não é as matérias-primas, mas sim o conhecimento, a criatividade e a capacidade de inovação. Além disso, as universidades são um factor importante do desenvolvimento regional.

Neste ponto, a sociedade civil também se alimenta da responsabilidade individual e do princípio de subsidiariedade. As universidades tem que se esforçar perante a competência nacional e internacional, o que requer uma capacidade empreendedora. Isto implica, por sua vez, que se esqueça a classificação clássica das universidades públicas, na maioria dos estados federados alemães, como instituições submetidas aos ministérios.

Novas estruturas universitárias

Aos poucos, as universidades deveriam passar a ser estruturadas como empresas, ou pelo menos a ser estruturadas de forma semelhante a estas, para se livrarem dos imprevisíveis ciclos orçamentais do orçamento público. Os principais passos que levam a uma universidade "empreendedora" são o "orçamento global de valores", uma constituição universitária baseada no modelo do conselho de administração ou do conselho de supervisão, incluindo o conselho universitário, uma exploração própria orientada para o rendimento e o pagamento de propinas pelos estudantes. Essas propinas são contribuições individuais para os custos, destinadas exclusivamente para a docência e para os estudos. Segundo o princípio de prestação e contraprestação, estas propinas asseguram o alcance e a qualidade da oferta docente correspondente.

No futuro, um sistema de créditos socialmente tolerável e independente da renda dos pais assegurará os estudos universitários com base nas necessidades individuais. As cátedras doadas por uma economia inserida na sociedade civil, grupos de incentivo e redes de antigos alunos podem criar, aos poucos, uma ampla base material para as universidades.

Detectar e fomentar as elites!

As universidades da sociedade civil têm a obrigação de detectar as elites em rendimento e fomentá-las em função do seu talento. Deste modo, é lógico que as universidades tenham o direito e a obrigação de seleccionar não só o seu corpo docente como também os alunos, em função dos seus talentos e aptidões. Além dos requisitos académicos, as universidades serão responsáveis pelos requisitos económicos, de maneira a construir, na sociedade civil, uma comunidade solidária de estudantes, formadores e antigos alunos com uma identidade inconfundível. Neste ponto reside a qualidade e o êxito de todas as instituições na sociedade civil.

Por isso, a Fundação Konrad Adenauer, com o seu trabalho:

- debaterá as estruturas universitárias mais adequadas segundo o objectivo da sociedade civil. Estruturas essas que reforcem a responsabilidade individual de estudantes e formadores,
- porá em causa a questão do mandato e a sua contribuição específica para a identidade individual da sociedade civil.

Conseguir que a auto-organização cultural seja normal!

Não só a formação escolar e universitária contribuem para definir as qualificações chave da sociedade civil, também a arte e a cultura supõem uma contribuição, já que dão sentido, orientação e autoestima, e são a essência da expressão vital humana. São extremamente importantes no desenvolvimento da criatividade das pessoas, como também de toda a sociedade. E são o critério pelo qual se mede a riqueza intelectual da nossa comunidade.

Aqui também é importante aproveitar o potencial da arte e da cultura no debate sociopolítico. Uma vez que para o Estado e a sociedade, a arte e a cultura são forças inspiradoras e incitadoras à reflexão, e como tal imprescindíveis, é um importante trabalho da sociedade civil e do Estado manter a extraordinária diversidade e densidade cultural na Alemanha.

Isso pressupõe que existam condições base adequadas para a arte e a cultura, mas também que as competências estejam claramente definidas a todos os níveis e se cumpram. Deste modo, o Governo central é obrigado a assumir, de forma consequente, os programas culturais que lhe correspondem, como, por exemplo, o fomento da política cultural no estrangeiro. Contudo, está claro que, numa democracia subsidiária, os municípios e os estados federados têm a competência principal do fomento público da cultura.

Fomento da cultura

A substância básica da cultura institucional tem que se garantir da mesma forma

que o fomento subsidiário de iniciativas e de artistas individuais. As iniciativas particulares de promoção cultural, as iniciativas de artistas, de mecenas e de patrocinadores necessitam também de condições base que garantam a sua participação.

O “Estado cultural” só poderá responder às expectativas se tiver o apoio e o impulso da sociedade civil. A disputa entre o Governo central, os estados federados e os municípios pela “soberania cultural” é absurda, pois um Estado que vê a arte e a cultura isoladamente é tudo menos um “Estado cultural”. O que se disse das escolas e das universidades é, portanto, aplicável às outras instituições culturais. Todas elas, e segundo o princípio da ajuda e autoajuda, podem ir abandonando, aos poucos, a dependência que mantêm com o Estado. Disso, existem impressionantes exemplos na história da Alemanha. O importante é que o Estado abandone a ideia de uma instituição cultural ou educativa subordinada.

A auto-organização da vida cultural tem que ser algo normal. Para que isto seja possível, devem existir condições base adequadas. Primeiro, o Estado deve comprometer-se através de contratos a longo prazo. Depois, as organizações civis gestoras deverão comprometer-se igualmente a longo prazo. Para completar, existem, graças ao direito fiscal das empresas, óptimas condições de financiamento estatal da cultura, através das contribuições da economia privada e das organizações não lucrativas, que há que aproveitar.

Por isso, a Fundação Konrad Adenauer, com o seu trabalho:

- discutirá com especialistas o significado da arte e da cultura para a sociedade civil,
- esclarecerá como se pode, na Alemanha, complementar ou substituir, de maneira exemplar, as ajudas estatais através de formas de organização civil.

6. A sociedade civil no terreno/ sociedade civil e federalismo

Reforçar os municípios!

A formação, educação e responsabilidade individuais no âmbito cultural são uma premissa importante para uma sociedade civil activa. Isto só se pode viver concretamente no terreno. Por esse motivo, queremos criar espaço para pequenas unidades e motivar as pessoas a construir um futuro próprio e comum àqueles que vivem imediatamente ao seu redor.

A sociedade civil não insta a que se descarte o Estado, porém, o Estado tem que se concentrar apenas no seu papel essencial. Exige-se uma revitalização do princípio de subsidiariedade. A máxima não pode continuar a ser: "primeiro o Estado e depois os cidadãos" mas sim "primeiro os cidadãos e depois o Estado". É necessário acabar com essa expectativa hipertrofiada e inalcançável do Estado como produtor do bem-estar comum.

Responsabilidade individual

A responsabilidade individual começa em cada um, é posta à prova e manifesta-se no âmbito mais próximo da família e da comunidade local. A ela também pertence o contacto directo com outras culturas através dos nossos concidadãos estrangeiros. Por isso, uma sociedade civil activa deve-se centrar no município como unidade básica da actuação comunitária livre.

O debate sobre a sociedade civil não teria despertado tanta expectativa se os nossos municípios funcionassem tal e qual como foram construídos segundo a constituição alemã. Teoricamente, são o primeiro espaço de encontro do cidadão com o público, auto-administração e auto-ordenação.

Actualmente, os municípios estão longe de cumprir a sua missão, pois as novas questões sociais de convivência não se podem solucionar com a velha política de distribuição e uma burocracia excessiva. A crise desse Estado que subministra os serviços essenciais obrigou os municípios a actuarem como oficina de reparações de deficiências sociais. E isso é-lhes difícil porque, entre outras coisas, devido à política legislativa do Governo federal, a sua situação económica é precária. Acossados pelo medo de não terem capacidade financeira para prestar os serviços obrigatórios por lei, os municípios estão a acentuar o clima de resignação reinante no país, em vez de serem as "agências do ânimo" da sociedade civil.

Impulso transformador

A sociedade civil necessita de municípios fortes que recuperem no terreno o impulso transformador: planificação urbanística, configuração do espaço público através de novas construções e manutenção dos monumentos, ordenação do tráfego, criação de espaços para actividades de lazer e desportivas – a orgulhosa competência das cidades em converterem-se em focos culturais.

Para isso, é necessária uma reforma das finanças dos municípios e uma transferência das obrigações do Estado social, segundo o princípio da casualidade. Os municípios mais fortes terão um grande interesse em dividir, gradualmente, o seu trabalho com os elementos da sociedade civil. Neste ponto, pode levar-se a cabo a participação civil através de vias criativas, sem que seja necessário questionar os fundamentos da democracia representativa.

Existem vários exemplos dignos de aplicação a todo o território:

- Novos modelos de participação de cidadãos em decisões de planificação (a denominada célula de planificação): normalmente, um grupo de leigos em determinada matéria, seguindo o modelo dos tribunais de jurados, alcança uma decisão consensual sobre projectos polémicos com maior rapidez que a pesada maquinaria da administração pública.
- As alianças locais de órgãos municipais, empresas, associações, comuni-

dades religiosas, escolas e indivíduos interessados podem solucionar, de maneira independente, os conflitos ou o trabalho de futuro, a nível local, melhor que o Estado onipotente. Um exemplo disso são as mesas familiares de Francónia, Alemanha, que funcionam com bastante eficiência.

- As alianças locais podem encontrar a melhor maneira de se lutar contra a pobreza e a precariedade social.
- As alianças locais encontram formas de celebração a nível municipal, por exemplo, em festas, inauguração de algum monumento, numa acção cultural conjunta.

Por isso, a Fundação Konrad Adenauer, com o seu trabalho:

- estudará a maneira de o Estado social delegar funções na sociedade civil, em alianças locais razoáveis,
- analisará problemas e problemas potenciais da sociedade civil no âmbito municipal e regional,
- formulará modelos políticos para o fomento do sentimento de comunidade e a participação civil nos círculos mais chegados,

O federalismo como premissa de um Estado forte

Quem quiser reforçar os círculos mais próximos, como são os municípios, tem que reforçar o federalismo. Este é o princípio político no qual se combina a diversidade com a unidade. Uma entidade federal operativa é, ao mesmo tempo, a premissa para um Estado forte se con-

centrar nas suas principais tarefas, de maneira eficiente e específica a diversos níveis existentes.

Por esse motivo, necessitamos, na Alemanha, de uma reorganização profunda da distribuição de competências entre o Governo federal, os estados federados e os municípios. O trabalho tem que ser distribuído de maneira a estabelecer uma competência de ideias e iniciativas e, deste modo, levar a cabo as reformas necessárias de forma mais rápida e convincente.

Para o federalismo e a sociedade civil activa é igualmente importante que os processos políticos de tomadas de decisões sejam mais transparentes e que o trabalho e responsabilidades políticas, assim como as competências financeiras nos diferentes níveis, estejam mais claramente distribuídos. Isso não deve descartar a necessária compensação solidária entre diferentes níveis de rendimentos. Não obstante, essa mesma compensação realizar-se-á de forma a que a iniciativa própria não se debilite, a que não se esvaneçam as responsabilidades e a que não se pretenda nivelar tudo.

Europa

A aplicação consequente do princípio de subsidiariedade num Estado federal próximo ao cidadão também é para nós a irrenunciável estratégia de futuro para a futura estruturação de uma Europa unida. Numa União Europeia aprofundada, o reforço da sociedade civil deixa de ser um "tema alemão" e a atribuição de subsídios é algo que deixa, de longe, de caber aos Estados nacionais.

Hermann Lübke tinha razão quando disse que "a Europa futura tem que estar organizada com um elevado grau de federalismo, ou não haverá organização possível". Portanto, entre as condições base para uma sociedade civil activa também se encontra uma política europeia que aposte em regiões de municípios fortes e rejeite o centralismo e o burocratismo.

Com o Tratado Constitucional elaborado pela "Convenção sobre o Futuro da Europa" surgiu um documento essencial que reforça os direitos do Parlamento Europeu e, deste modo, a estrutura democrática da União Europeia. Este documento criou também as condições necessárias para a promoção da participação civil a nível europeu.

Por isso, a Fundação Konrad Adenauer, com o seu trabalho:

- iniciará, em estreita colaboração com outras entidades políticas e sem carácter lucrativo, um processo de reforma para o fortalecimento do federalismo,
- sublinhará a importância de reformar o federalismo para a criação de um Estado forte e de solucionar a aglomeração de reformas.

7. Final

Desbravar o caminho para uma sociedade civil!

Quem quiser a sociedade civil terá de ajudá-la a pôr-se de pé. Tal como a sociedade burguesa tradicional dos finais do séc. XIX foi motivada por grandes programas de codificação jurídica (o Código

Civil alemão foi um exemplo disso), também a sociedade civil do futuro necessitará de ajuda legislativa. Será necessária uma avaliação dos regimes jurídicos existentes (por exemplo, questões de seguros e responsabilidade, leis relativas às associações e empresas, direito fiscal) para se verificar se têm consequências positivas ou negativas para a vida da sociedade civil.

Para além das fronteiras da Alemanha, será também necessária uma certa fantasia e curiosidade na procura de modelos já operativos da sociedade civil. Por exemplo, nos Países Baixos, existe um sistema de ensino maioritariamente independente, apesar de estar submetido a uma avaliação rigorosa. Precisamos de um órgão de reformas jurídicas civis compreensível para todos, juntamente com um sistema aprovado de reconhecimento e autorização, que transmita às pessoas a vontade de deixarem de ser um objecto nas mãos do Estado e passarem a ser agentes independentes nestes mesmos processos.




Coragem e decisão

Contudo, é, sobretudo, necessário ter coragem e decisão, mostrando "responsabilidade na mudança". Limitar-se a dizer "continuem assim!" aos intervenientes e ter em conta a precária situação orçamental não só é irresponsável como também imoral, perante as gerações futuras. A construção de sociedades civis mais fortes deverá, portanto, converter-se na grande tarefa das futuras gerações no séc. XXI.

Além do mais, também é importante ter confiança em si próprio. Numa das entradas da cidade de Bremen pode ler-se a inscrição: "Os Estados não têm, à parte de Deus, mais protecção que a virtude dos seus cidadãos." No passado, houve exemplos suficientes de tal virtude. Depois da Segunda Guerra Mundial, reconstruímos o nosso país e tornámos possível a unificação alemã em liberdade. O sentido de comunidade não é uma virtude perdida, e essa é uma tradição que há que recuperar, pelo nosso próprio bem e pelo bem de todos os que venham depois.

O Conselho de Curadores da Fundação Konrad Adenauer

1. Professor Dr. Roman Herzog
(Vorsitzender)
Bundespräsident a.D.
2. Professor Dr. Kurt H. Biedenkopf
Ministerpräsident a.D.
3. Dr. h.c. Birgit Breuel
Präsidentin a.D. der ehem.
Treuhandanstalt
4. Professor Dr. Manfred Erhardt
Generalsekretär a.D. des
Stifterverbandes für die Deutsche
Wissenschaft
5. Professor Monika Grütters MdB
Sprecherin des Vorstandes der
Stiftung Brandenburger Tor der
Bankgesellschaft Berlin
6. Professor Dr. Ulrich von Hehl
Professor für Neuere und Neueste
Geschichte, Universität Leipzig
7. Professor Dr. Eilert Herms
Direktor des Instituts für Ethik an
der Evangelisch-Theologischen
Fakultät der Universität Tübingen
8. Professor Dr. Dr. h.c. mult.
Wolfgang A. Herrmann
Präsident der Technischen
Universität München
9. Professor Dr. Renate Köcher,
Geschäftsführerin des Instituts für
Demoskopie Allensbach
10. Professor Dr. Horst Köhler
(ruhende Mitgliedschaft)
Bundespräsident
11. Dr. Volkmar Köhler
Parlamentarischer Staatssekretär
a.D.
12. Klaus-Peter Müller
Sprecher des Vorstandes der
Commerzbank AG
13. Klaus D. Naumann
Generalinspekteur a.D.,
ehem. Vorsitzender des
NATO-Militärausschusses
14. Professor Dr. Udo Reiter
Intendant des Mitteldeutschen
Rundfunks (MDR)
15. Professor Dr.
Eberhard Schockenhoff
Professor für Moraltheologie an
der Albert-Ludwigs-Universität
in Freiburg i.Br.
16. Professor Dr. Rupert Scholz
Sprecher des Lehrstuhls für Öffent-
liches Recht, insbesondere Verwal-
tungslehre und Finanzrecht an der
Universität München
17. Professor Dr. Dr. h.c.
Volker Schumpelick
Direktor der Chirurgischen Klinik
und Poliklinik, Universitätsklinikum
Aachen

-
- 
- 
- 
- 18. Ingrid Sehrbrock
Mitglied des Geschäftsführenden
Bundesvorstandes des Deutschen
Gewerkschaftsbundes
 - 19. Dr. h.c. Rudolf Seiders
Präsident des Deutschen Roten
Kreuzes
 - 20. Professor Dr. Christoph Stölzl
Senator a. D., Vizepräsident des
Abgeordnetenhauses von Berlin
 - 21. Professor Dr. h.c. Dieter Stolte
ZDF-Intendant a.D.
 - 22. Dr. h.c. Horst Teltschik
Präsident der Boeing International
Corporation Deutschland
 - 23. Professor Dr. Dr. h.c. mult.
Hans Tietmeyer
Präsident i.R. der Deutschen
Bundesbank

(April 2006)